

Descompasso pode apequenar as estaduais, alerta Brito Cruz

CARLOS ORSI

carlos.orsi@reitoria.unicamp.br

O fato de o teto salarial das universidades federais ser superior ao praticado no Estado de São Paulo representa um descompasso que "criará um direcionamento dos jovens mais brilhantes para as universidades em outros Estados, diminuindo o apelo das estaduais paulistas, justamente as melhores universidades do país. Isso não será bom para o desenvolvimento científico e tecnológico nem do Estado de São Paulo e nem do Brasil", disse o ex-reitor da Unicamp e atual diretor científico da Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo), Carlos Henrique de Brito Cruz. "O problema não é haver um teto, é essa anomalia de o teto paulista ser menor que o federal".

O teto salarial praticado nas universidades federais é o do funcionalismo, fixado com base nos vencimentos dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), e está em mais de R\$ 33 mil. Já o teto estadual, vinculado ao subsídio do governador, é de R\$ 21,6 mil. Na Unicamp, 6,6% do total de funcionários e docentes recebe acima do subsídio do governador, e 0,1% acima dos ministros do STF.

"Vamos pensar no caso da cidade de São Carlos, onde há duas excelentes universidades – o campus da USP e a UFSCar. Ali, basta atravessar a estrada para ir de uma universidade onde o professor no topo da carreira ganha R\$ 21 mil para outra onde o salário é R\$ 33 mil. É algo que destoa de um valor muito caro ao mundo acadêmico, que é o mérito. E os professores das universidades paulistas estão submetidos a critérios de progressão na carreira que são bem mais rigorosos que os das federais".

Brito Cruz acredita quer uma solução desejável seria uma nacionalização do teto. "A educação é uma



Foto: Antoninho Perri

Carlos Henrique de Brito Cruz, diretor científico da Fapesp e ex-reitor da Unicamp: "O problema não é haver um teto, é essa anomalia de o teto paulista ser menor que o federal"

atividade de alcance nacional, e não deveria ficar vinculada a um teto regional. Parece-me que seria mais razoável se o teto para a carreira docente nas universidades fosse nacional".

O mais recente relatório de atividades da Fapesp, referente ao ano de 2014, registra que a maior parte dos desembolsos para financiamento de pesquisas no Estado foi destinada a pesquisadores vinculados às universidades estaduais paulistas, sendo 47% para a USP, 14% para a Unicamp e 12% para a Unesp. As instituições federais sediadas no Estado receberam 12% do total. No ano passado, a fundação investiu R\$ 1,15 bilhão em fomento à pesquisa.

"Para que nossas universidades tenham competitividade mundial, elas precisam ter carreiras atraentes para pessoas muito qualificadas, e pessoas muito qualificadas podem escolher entre fazer pesquisa em São Paulo ou em qualquer outra parte do mundo", pondera o diretor da Fapesp. "O Estado de São Paulo faz um esforço muito grande para apoiar a pesquisa e o ensino superior, e obtém excelentes resultados com esse esforço. A anomalia de um teto estadual menor do que o federal restringirá a eficiência do investimento paulista em pesquisa".

O mesmo relatório de atividades da Fundação aponta que, em 2014, a Fapesp investiu R\$ 117,57 milhões

em programas de Pesquisa para Inovação Tecnológica. Ainda em 2014, a Fundação encomendou ao Datafolha pesquisa de opinião pública sobre a percepção das atividades de ciência e pesquisa entre a população o Estado. A profissão de cientista apareceu como a terceira mais admirada pela população (61%), atrás da de professor (77%) e de médico (70%). Além disso, 88% dos entrevistados consideraram o investimento em ciência e tecnologia "muito importante", mas 70% disseram acreditar que é insuficiente o investimento atual do Brasil no setor, e 86% acham que o governo deve financiar a pesquisa científica.

TRANSPARÊNCIA

Professor e ex-reitor da Unicamp, Brito Cruz diz que a divulgação dos salários de professores e funcionários de universidades públicas acontece em outros países também. "Em outros países também há determinações legais para que os vencimentos de professores e funcionários sejam visíveis para o público, como, por exemplo, na Califórnia". Uma busca rápida na internet revela que a presidente – cargo equivalente ao de reitor – da Universidade da Califórnia recebe US\$ 570 mil líquidos ao ano, ou cerca de R\$ 1,9 milhão.

Nos Estados Unidos, comenta Brito Cruz, o que frequentemente é criticado é os técnicos dos times esportivos universitários serem mais bem pagos do que reitores e pesquisadores. "Em Berkeley, em 2014, o salário anual bruto médio dos professores titulares com 'tenure' foi em torno de R\$ 220 mil, valor equivalente a R\$ 740 mil. Ou seja, R\$ 55 mil por mês, se considerarmos 13º e férias", disse.

De acordo com dados publicados pelo jornal especializado em ensino superior *Chronicle of Higher Education*, o salário anual médio bruto dos oito reitores mais bem pagos de universidades públicas nos Estados Unidos era, em 2013, da ordem de US\$ 725 mil, ou R\$ 2,4 milhões.

A Universidade e o teto salarial único para os funcionários públicos

OSWALDO BAFFA FILHO
MARCELO RIDENTI
MARCOS DEL ROIO

A grande imprensa de São Paulo – notadamente a Folha, ecoando presenças de controle do Tribunal de Contas – tem publicado matérias sobre o corte de salários de professores das universidades estaduais paulistas que recebem acima do teto salarial do governador do Estado. Enunciada de modo simplista, a questão pode dar origem a todo tipo de mal-entendido.

É justo que haja um teto salarial para o funcionalismo público. Mas o teto deve ser único. As reportagens não salientam nem procuram explicar por que o professor de uma universidade estadual paulista deve ter como teto o subsídio do governador e um procurador que trabalha nessa mesma universidade pode ganhar cerca de 50% a mais, assim como um professor de universidade federal ou funcionário do poder Judiciário, cujo teto toma como base o limite de 90,25% dos ganhos dos Ministros do STF. É injusto e de perversas consequências acadêmicas, a curto, e mais ainda a médio prazo, que professores e pesquisadores das universidades estaduais paulistas, responsáveis por cerca da metade da produção científica nacional, sejam discriminados por desníveis no teto entre os



Foto: Antoninho Perri

O professor Marcelo Ridenti, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Unicamp

funcionários de diferentes poderes, de diferentes Estados e das instâncias federais.

O subsídio do governador remunera um cargo eletivo, de ocupação efêmera, cuja fixação depende de cálculos políticos, não podendo, pois, servir de referência para enquadrar o salário de uma carreira que é estabelecida por lei, exige décadas de formação e trabalho e cuja remuneração é a única fonte de rendimento da imensa maioria dos professores, que trabalha em regime de dedicação integral à docência e à pesquisa. É preciso informar à opinião pública que, diferentemente do governador, esses professores não recebem auxílio-moradia, transporte, alimentação etc.

Cerca de 800 professores titulares e livre-docentes das três universidades estaduais paulistas já assinaram um documento endereçado ao Conselho de Reitores e aos integrantes da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, pedindo que impeçam o corte de salários dos professores que se encontram, após duas ou três décadas de trabalho dedicado à universidade, no topo da carreira docente. Esses docentes são justamente aqueles que têm maior experiência em docência e em pesquisa e que assumem, em grande parte, as tarefas acadêmicas e administrativas mais complexas da universidade.

É urgente, pois, se quisermos preservar a qualidade tão duramente conquistada de nosso ensino superior paulista, que se aprove uma emenda constitucional

colocando o funcionalismo público do Estado de São Paulo em situação similar àquela na qual se encontra o funcionalismo público de dezenove Estados brasileiros (a grande maioria, portanto), cujas Assembleias Legislativas já estabeleceram um subteto único para o funcionalismo estadual, tomando como referência o referido limite do subsídio dos Ministros do STF.

Agora, se a proposta é discutir as imensas desigualdades de remuneração na sociedade brasileira, que isso seja feito seriamente. É grande injustiça tomar como bodes expiatórios os professores das universidades estaduais paulistas, que constituem o exemplo de maior sucesso na educação e produção científica brasileira. Sem esquecer a alta porcentagem de professores aposentados ou que já poderiam se aposentar que continuam em plena atividade, sem nenhuma remuneração extra. Em quantas profissões ocorre fenômeno semelhante?

Oswaldo Baffa Filho, representante dos professores titulares no Conselho Universitário da USP

Marcelo Ridenti, professor titular de Sociologia, IFCH, Unicamp.

Marcos Del Roio, professor titular de Ciências Políticas da Faculdade de Filosofia e Ciência, campus de Marília.

Este artigo foi originalmente publicado no jornal *Folha de S. Paulo*.



UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

Reitor José Tadeu Jorge
Coordenador-Geral Alvaro Penteadó Crósta
Pró-reitora de Desenvolvimento Universitário Teresa Dib Zambon Altvares
Pró-reitor de Extensão e Assuntos Comunitários João Frederico da Costa Azevedo Meyer
Pró-reitora de Pesquisa Gláucia Maria Pastore
Pró-reitora de Pós-Graduação Rachel Meneguello
Pró-reitor de Graduação Luis Alberto Magna
Chefe de Gabinete Paulo Cesar Montagner

Jornal da Unicamp

Elaborado pela Assessoria de Imprensa da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Periodicidade semanal. Correspondência e sugestões Cidade Universitária "Zeferino Vaz", CEP 13081-970, Campinas-SP. Telefones (019) 3521-5108, 3521-5109, 3521-5111. Site <http://www.unicamp.br/ju> e-mail leitortju@reitoria.unicamp.br. Twitter <http://twitter.com/jornaldaunicamp> Assessor Chefe Clayton Levy Editor Alvaro Kassab Chefia de reportagem Raquel do Carmo Santos Reportagem Carlos Orsi, Carmo Gallo Netto, Isabel Gardenal, Luiz Sugimoto, Manuel Alves Filho, Patrícia Lauretti e Sílvia Anuniação Fotos Antoninho Perri e Antonio Scarpinetti Editor de Arte Luis Paulo Silva Edição André da Silva Vieira Vida Acadêmica Hélio Costa Junior Atendimento à imprensa Ronei Thezolin, Gabriela Villen, Valério Freire Paiva e Eliane Fonseca Serviços técnicos Dulcinea Bordignon e Fábio Reis Impressão Triunfal Gráfica e Editora: (018) 3322-5775 Publicidade JCPR Publicidade e Propaganda: (019) 3383-2918. Assine o jornal on line: www.unicamp.br/assineju